



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

BNCC for sale: going once, going twice, going three times...sold!

Fábio José Brito dos Santos¹

Jonatha Pereira Bugarim²

Resumo: O estudo aborda três fatores que comprovam a inautenticidade da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, tendo como elementos, o Golpe de 2016 que provocou uma crise política nacional; o interesse do capital na relação com os setores privados e a ausência de participação popular que excluiu professores e pesquisadores do debate laboral. O objetivo central é debater os processos de construção da BNCC a partir de uma visão crítica, considerando os trâmites ocorridos. A pesquisa é de natureza qualitativa, dispondo de uma revisão integrativa. Conclui-se que a BNCC se inicia em processo de escuta e boas intencionalidades, entretanto, no seu percorrer toma rumos ardilosos, visando apenas os interesses particulares, ou melhor, exercendo uma função de mola impulsora no contentamento do setor empresarial.

Palavras-chave: BNCC. Política. Educação. Interesses. Reformas.

Abstract: The study addresses three factors that prove the inauthenticity of the National Common Curricular Base – BNCC, having as elements, the 2016 Coup that caused a national political crisis; the interest of capital in the relationship with the private sectors and the absence of popular participation that excluded professors and researchers from the labor debate. The main objective is to debate the processes of construction of the BNCC from a critical view, considering the procedures that have taken place. The research is qualitative in nature, with an integrative review. It is concluded that the BNCC begins in a process of listening and good intentions, however, in its course it takes cunning directions, aiming only at private interests, or rather, exercising a driving force in the contentment of the business sector.

Keywords: BNCC. Politics. Education. Interests. Reforms.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. *ORCID:* 0000-0003-1390-735X - E-mail: fabyosantos819@gmail.com

² Doutor em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais - FICS. Docente vinculado a Universidade do Estado do Pará - UEPA. *ORCID:* 0000-0002-1744-3997 – E-mail: jpb@gmail.com



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

Introdução

Iniciado como propósito de esperança para a Educação Básica do Brasil, a BNCC dispõe de bons apontamentos em seu projeto embrionário, entretanto, com o contexto pós-golpe em 2016, são tomados outros rumos na sua elaboração, sendo estruturada com interesses não advindos dos setores base da educação pública, mas sim, de instâncias que propuseram a lógica mercadológica, havendo a aprovação de forma imediata e truculenta.

Neste trabalho, discorreremos sobre três fatores que levam a compreender a BNCC como um documento ilegítimo. Nesse sentido, recorreremos aos desdobramentos que envolveram o processo de construção, decorrendo pela elaboração, aprovação e homologação da mesma. No que se refere, elenca-se a tríade que justificam a asserção:

- **O Golpe de 2016:** arquitetou a derruba de um governo legítimo, emergindo o país numa crise política, resultando numa ascensão neoconservadora que promoveram uma série de reformas e propostas de forma abrupta, fazendo da educação uma banca de negócios;
- **O interesse do capital:** alinhados à agenda global de “desenvolvimento”, inúmeras empresas, fundações, organizações e veículos midiáticos de cunho privado passaram a manipular a elaboração do documento, com meras intenções de expandir a concepção de empregabilidade, competências e empreendedorismo;
- **Ausência de participação popular:** o silenciamento das vozes de professores, estudantes e cientistas educacionais, a fim de que não houvesse confronto aos interesses empresariais, desse modo, facilitaria os trâmites de elaboração, aprovação e homologação;

Como pressuposto metodológico, optou-se por uma revisão integrativa, utilizando artigos que se debruçaram sobre a temática ou que fizeram análises de algum dos contextos, assemelhando com o objeto estudado, envolvendo política, economia e a



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

história recente. Como objetividade, elencou-se, debater os processos de construção da BNCC a partir de uma visão crítica, considerando os trâmites ocorridos.

O golpe de 2016: o cenário de crise política

A partir das gestões de esquerda no Brasil 2003-2016, lideradas pelos governos Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores, presenciamos um período de grandes implementos de políticas públicas educacionais, na criação de diversos programas que possibilitaram o acesso e permanência à educação, em especial destinada à população mais vulnerável, com desdobramentos que provocaram mudanças estruturais na inserção de grupos historicamente marginalizados (Castro-Neta, Cardoso & Nudes, 2018).

Com a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, o país se assola num momento de ruptura política, causando instabilidade no governo, tensionando as bases populares e reverberando no Golpe institucional de 2016, nessa ocasião, vinha se arquitetando um período de vultosa mobilização da ala conservadora e reacionária, já visando desconfigurações nos sistemas de educação, apesar dos possíveis movimentos de resistência que enfrentariam, entretanto, o desmonte da educação pública foi uma realidade factual (Oliveira, 2018).

Neste cenário, intercorreu o desmantelamento dos direitos sociais, políticos e civis, submetendo a educação como um projeto que afastou a formação humana e emancipatória, empurrando um modelo de mercantilização dos processos educacionais, fazendo apologias a venda da força do trabalho, diante disso, as políticas neoliberais tomaram uma proporção assustadora, evidenciando um retrocesso quase que irreversível, em função das medidas, como: a Reforma do Ensino Médio, Política Nacional de Formação de professores, defesa da “Escola sem partido” e a catástrofe da aprovação da BNCC (Azevedo & Reis, 2018).

Destarte muitas mudanças se redirecionaram, sobretudo de maneira impositiva, assim programas na área da educação foram interrompidos, esvaziados e sucateados, além disso, houve modificações nos conselhos nacionais com a intencionalidade de



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

viabilizar os processos de composição, fazendo manobras enfáticas para incorporar a ordem neoliberal (Ostermann & Rezende, 2021).

A BNCC em seu texto, estruturou-se sobre a lógica de competências e habilidades que sustentam a concepção de empregabilidade, fragmentação dos campos de conhecimento, expansão mercadológica e fundamentações que excluem a educação crítica dando espaço a um pseudo respeito às peculiaridades regionais do país (Lucena, Previtali & Lurdes, 2017).

Não apenas na BNCC, como todos os documentos e medidas, usou-se a educação como trampolim no desenvolvimento capitalista e expansão do ensino como ferramenta de financeirização, se alinhando com as necessidades do mercado e deixando o Estado como um papel minimizado frente às políticas educacionais, isto é, priorizando o gerenciamento e a cultura da informalidade como meio de sobrevivência (Ostermann & Rezende, 2021).

Assim, o documento concebe-se como uma das ações do Estado neoliberal, inaugurando uma brutal força do capital sobre os processos educacionais, alicerçada pelo interesse do sistema em tornar o ensino básico, como parte do setor de provimento do projeto neoconservador, que efetuou fortes ataques à educação pública, desmoralizando instituições, profissionais e a colocando a serviço dos poderosos (Silva, 2018).

De certo, a BNCC reflete como uma concepção de favor, em forma de serviços prestados a uma cúpula poderosa financeiramente e politicamente, de modo algum como um direito à população, retratando perfeitamente a política excludente, predatória, nefasta, intransigente e avessa ao pluralismo de pensamento em sua criação (Ramalhete, 2023).

O interesse do capital

Apesar da BNCC ter sido homologada no ano de 2017, a mesma já vinha se especulando no governo Dilma Rousseff, sua construção ainda se iniciou em 2015 com participação de especialistas da área, com intuito de abarcar a diversidade curricular do



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

país em um único documento, no entanto, com o Golpe de 2016 a mesma tomou outros rumos, caminhando para um projeto de interesse do capital, sendo arquitetado por empresas, bancos e organizações de caráter lucrativo (Ostermann & Rezende, 2021).

Tendo a dialética como aliada, reitera-se que movimentos e ações neoliberais também fizeram parte dos trâmites de projetos e programas nos governos petistas, tomando proporções consideráveis na última gestão, dessa forma, houve uma reprodução de políticas capitaneadas pela Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico – OCDE, o Banco Mundial e a UNESCO, de modo, que se faz necessário admitir os deslizes cometidos nas gestões Lula e Dilma, desencadeados por alianças amplas e financiadores eleitorais (Santos, 2019).

Diante disso, a composição da BNCC foi ajustada com a agenda global de corporações internacionais, tal como, o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC), com fortes interesses a privatização, terceirização e interposição das empresas, contendo patrocínios exorbitantes vindo das instituições privadas, como: Banco Itaú, Natura, Diversa, Cesgranrio, sobretudo os grupos que fornecem recursos didáticos, sendo eles: Fundação Santilana, Abrelivros, Instituto Ayrton Senna, Insper e Fundação Roberto Marinho, todos estes citados fazem parte de uma cúpula hegemônica que lucram com as reformas neoliberais (Azevedo & Reis, 2018).

Com efeito, esses foram os verdadeiros protagonistas que efetivaram as reformas, compostas por uma coalizão entre as grandes mídias, empresários, políticos, conglomerados do setor privado e até mesmo “pesquisadores” adeptos a proposta privatista, que por completos propagavam a ideia de “corrigir” e “inovar” os rumos da educação, colocando uma carga extrema de responsabilização para os professores (Freitas, 2012).

Tendo como esse pressuposto, a BNCC é fundamentada com princípios que reflete as indicações do Banco Mundial e de seus iguais em posicionamentos, que determinam outras orientações, como a proliferação da Educação a Distância – EAD, qualificação de professores voltada para a geração imediata de resultados, empreendedorismo no Ensino Médio e entre outros, questões essas que foram debatidas nas últimas reformas e



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

na elaboração da BNCC, apenas alimentando a estratégia do capital, em nenhum momento enuncia uma formação crítica dos educandos (Silva, 2018).

No documento, os parâmetros de habilidades e competências são a base textual, referindo-se como receitas de tarefas, fazendo alusão do ser humano como apenas um ser empregável, ou melhor, a escola assemelha-se como uma empresa, cumprindo um papel de porta voz da empregabilidade, qualificando tais sujeitos para a lógica do mercado, exercitando as formas de capacitação, flexibilização e “autonomia” (Giroto, 2018).

Por fim, inclui essa narrativa mercadológica e exclui tematizações fundamentais, como o combate ao racismo, LGBTfobia, machismo e xenofobia, da mesma forma, ignora tematizações que abordem populações da periferia, marginalizadas e vítimas de violências contínuas, entretanto, essa ausência não é involuntária, muito pelo contrário, ela dialoga com o projeto Escola Sem Partido, rejeitando discussões sócio-políticas, hegemônicas e de gênero que fazem oposição sistema capitalista e neoconservador (Algebaile, 2017).

Ausência de participação popular

Os estudiosos Peroni, Caetano & Lima (2017) enunciam que após do Golpe de 2016, tornou-se uma tendência, a qual, todas as reformas educacionais debatidas e aprovadas não se assente em discussão com professores, pesquisadores, sindicatos, conselhos e associações do setor público, evidentemente nada mais é, que uma tática de aceleração dos projetos reformistas, impondo a qualquer custo, mesmo sob pressão e resistência de quem dispõe propriedade sobre a pauta, como no caso da BNCC que apresentou uma disputa polarizada.

Apesar de ter existido três versões da base em sua composição, não disponibilizaram a primeira versão, ou seja, foi silenciada, pois foi a única que promoveu um diálogo considerável com estudantes e professores, no entanto, deu-se ênfase apenas nas duas últimas que foram privilegiadas pelo movimento empresarial, tanto na divulgação midiática quanto na concepção final (Barbieri, 2021).



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

Conforme mencionado, os grandes veículos de mídia tiveram uma atribuição prevacente na aprovação da BNCC, dando vozes unicamente aos setores empresariais, afinal, somente a eles interessavam, que em geral, não sucedeu ligação com a educação pública, longe disso, pois foram as fundações privadas que protagonizaram seus discursos, para resumir, foi um processo cabalmente antidemocrático do ponto de vista da participação popular (Linhares da Silva Micarello, 2016).

Nessa ótica o afastamento da participação popular ocorreu de forma arrancada, visto que não é interesse dos poderosos escutar os envolvidos de fato como a base, pois já havia se preestabelecido o caminho trilhável, diante disso, a BNCC não se resume a uma reforma curricular e documental, além disso, é uma ferramenta de poder político e financeiro, que nega o processo democrático à medida que censura e suprime o posicionamento de intelectuais e opositores, em suma, infere-se o documento como um trampolim para infiltrados agenciarem poder, hierarquização e domínio sobre recursos públicos (Trevisan, 2024).

No término, a BNCC foi aprovada e posteriormente homologada às carreiras, com inexistência de consulta ou conversação com a categoria dos profissionais da educação, com total rejeição de professores e pesquisadores da área, prova tanto, que logo em seguida ocorreu uma enxurrada de críticas e solicitações a fim de que fosse revogada, entre os motivos pautados, elenca-se que o documento não engloba a pluralidade cultural do país; não há um aporte teórico aprofundado, apenas, um foco nas habilidades e competências prescritas e outras indefinições que não contextualizam metas e critérios da natureza curricular (Barbiere, 2021).

Araújo (2018) enuncia que se objetivo fosse construir uma base séria e articulada, de acordo com a proposta inicial, o governo não teria efetuado amplos ataques a educação pública, tal como, congelamento em investimentos por décadas; descumprimento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE; enxugamento de programas sociais e educacionais (FIES e ProUni) e sucateamento das universidades públicas federais, resumidamente, os governistas compreendem os sujeitos não como



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

cidadãos sociais e críticos, e, sim como mão-de-obra para o mercado financeiro, isto é, como figuras produtivas.

Materiais e Métodos

Em concordância com a intencionalidade, elegemos esse trabalho como método de revisão integrativa. Esse estudo se arquiteta em uma síntese de conhecimentos, aplicabilidade e incorporações, baseando-se em pesquisas com destaques na temática desenvolvida, aferindo conclusões e considerações de outros autores (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

Na busca dos trabalhos, elegemos os seguintes descritores: BNCC – Política - Educação – Interesses e Reforma, a qual contempla as palavras-chave deste estudo, simultaneamente usamos os operadores booleanos, elencando o termo **AND** entre as palavras descritas. Para a investigação optamos por tais plataformas de dados: Scientific electronic library online (SCIELO), Sistema de buscas de periódicos da (CAPES), Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (LATINDEX) e Sumários Org.

Seguidamente estruturamos os critérios de inclusão para melhor compatibilidade entre proposta e objeto de estudo:

- Artigos advindos de pesquisa documental publicados em português;
- Artigos publicados no período de 2018-2024 que discutem a elaboração da BNCC, visto que essa periodização se justifica por traçar o período em que os pesquisadores tomam força em pesquisar sobre a elaboração do documento (BNCC).

Nesse sentido, os critérios de exclusão foram todos aqueles que não se encaixaram nos critérios de inclusão mencionados acima, sendo:

- Estudos realizados com apenas métodos de revisão integrativa, sistemáticas, bibliográficas, resumos simples e expandidos, monografias e trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado;



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

- Estudos publicados antes de 2018 ou que não possuem enfoque a elaboração da BNCC;

Com os resultados alcançados, seguimos com o processo de seleção dos artigos, a qual, fizemos uma filtragem em tais etapas:

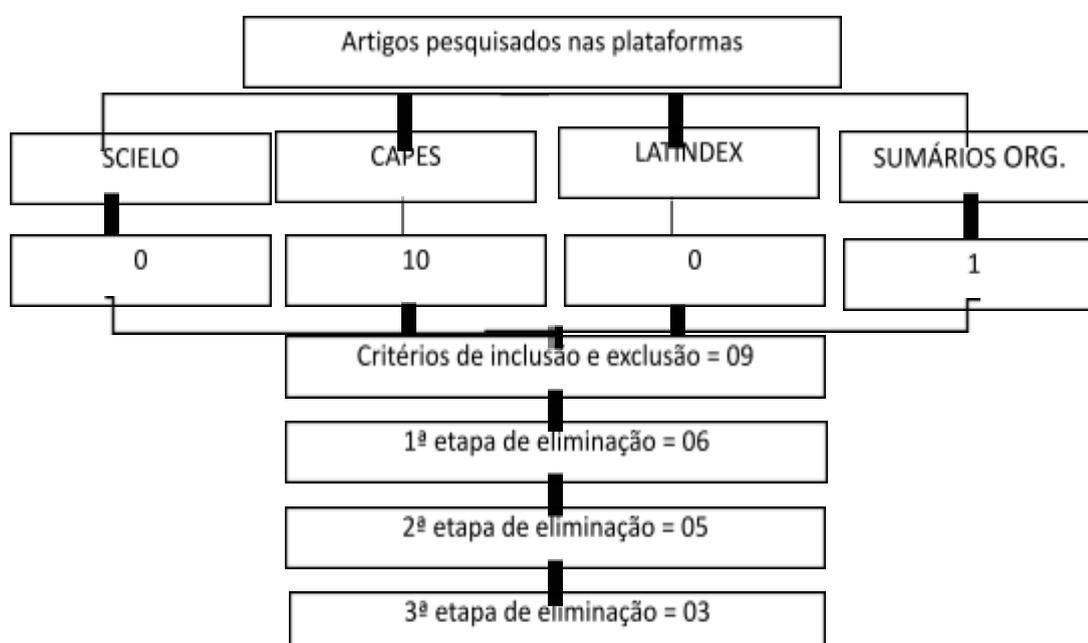
1ª etapa – Eliminação pelo título temático do artigo ou repetidos, descartamos os estudos que não se encaixaram com o objetivo desta revisão integrativa.

2ª etapa – Eliminação por leitura do resumo/abstract, descartamos os estudos que não deram ênfase a elaboração da BNCC.

4ª etapa – Eliminação por leitura na íntegra do artigo, descartamos os estudos que não atenderam por completo a expectativa dos autores.

Finalizando todo esse processo, selecionamos os artigos que são relevantes para a discussão da análise cabal. Posto isso, montamos um fluxograma prisma, que caracteriza todo esse processamento de busca e seleção, com intuito de facilitar a compreensão.

Tabela 1 – Fluxograma das fases da pesquisa.



Fonte: Elaborada pelos autores.



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

Para o tratamento dos 03 artigos finais selecionados, apropriamos das técnicas de Bardin (2007), que descreve e analisa informações tanto objetivas e subjetivas com dados verbais e qualitativos, correspondendo a múltiplas sistematizações que traduzem em verificações. Embora tenha sido selecionado apenas 03 artigos, esse número não é sinônimo de insuficiência ou fraqueza para o estudo em análise, pois os mesmos conseguiram apresentar uma sustentação teórica emparelhada com o objeto proposto. A grosso modo, foram identificados muitos outros trabalhos, entretanto, os paralelos fugiam para um debate pedagógico, curricular ou financeiro (que não coincidia paralelamente com a discussão proposta).

Resultados

Tabela 2 – Descrição dos conteúdos mais importantes e relevantes dos artigos da revisão.

Autor/Ano	Título	Objetivo/ Metodologia	Resultados/Conclusões
Gonçalves & Deitos (2020)	Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): fundamentos teóricos e ideológicos	Analisar os fundamentos teóricos e ideológicos das Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Análise documental.	A BNCC foi fundamentada com base ideológicas conservadoras e liberais, que reforçam uma sociedade desigual, sem qualquer interesse em participação, pautada nos interesses das classes dominantes Assim, todos os fatos apontam para uma formação sem qualquer preocupação com a realidade do educando, decorrente de confrontos políticos que privilegiam o poder econômico.
Souza, Soares & Ruckstadter (2023)	A Base Nacional Comum Curricular como política pública reformista: uma análise a partir do pensamento de Rosa Luxemburgo	Analisar as características de uma política pública reformista a partir da reforma educacional brasileira que culminou na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).	A BNCC estabeleceu-se à serviços dos grandes empresários na perspectiva da produção capitalista e liberal, de modo, que ocorreu a apropriação do Estado pelos setores privados, jamais contemplando às necessidades da classe trabalhadora, excluindo da base curricular a escola como um ambiente estratégico e emancipador.



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

		Análise documental.	
Pereira (2019)	Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE	Discutir o papel da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico no processo de governança corporativa da política educacional. Análise documental.	A BNCC findou sem participação democrática dos setores fundamentais da educação, atravessada por um período de alta tensão política, configurando num processo de disputa e interesse, assolado em um contexto pós-golpe com intencionalidade ideológica do mercado.

Fonte: Organizada pelos autores.

Discussões

A elaboração da BNCC é insustentável no cenário de sua construção, pois os atos decisórios do governo de direita, assim como, teoricamente, parte daqueles que se intitulam como representantes da classe trabalhadora, também colaboraram de alguma forma para a condução desse processo, impulsionado pela soberba liberal, sobretudo, de remoção de pautas necessárias para os estudantes.

Para Pereira (2019) esse contexto foi extremamente arquitetado pela ilegitimidade do governo de Michel Temer, nomeando um ministro de educação que fazia parte dessa articulação, da mesma forma a secretária executiva do próprio ministério da época, visto que ambos eram adeptos da Organização “Todos pela Educação”³, isto é, ambas indicações foram estratégicas, pois compactuava com as ideias reformadoras e partilhavam do compromisso empresarial.

³ Organização não-governamental criada em 2005, por um grupo de líderes empresariais, verdadeiros intelectuais orgânicos, que se reuniram para refletir sobre a realidade educacional brasileira na atual configuração do capitalismo (Martins, 2009, p. 22).



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

Nessa perspectiva, apesar da BNCC não ter sido uma discussão atribuída apenas no governo Temer, mas a sua rapidez e atropelamento foi promovida pela mesma gestão, dominando a forma que a educação e as políticas educacionais do país fossem apuradas, que gerou conteúdos, habilidades, competências, diretrizes e visões uniformemente ideológicas, logo antes da sua aprovação foi condenada pela categoria de trabalhadores e estudiosos sérios da área.

Todas essas conjecturas só foram possíveis pela estratégia impositiva das políticas privatistas, defendida por uma bancada congressista que se financiam das mesmas regalias, sendo estes, a maioria esmagadora no parlamento, atuando na política com o tradicional “toma lá dá cá”, tutelado por uma agenda de reforma empresarial, cuja estrutura possui representantes em todos os braços do Estado, desde o legislativo, executivo, ministério de educação e organizações não governamentais.

Para Souza, Soares & Ruckstadter (2023) essa pauta foi a comprovação da defesa do Estado mínimo, que limitam com intuito de não intervir negativamente na economia de mercado, por isso, houve conluio entre empresas multinacionais e internacionais, que em hipótese alguma abdica da alta acumulação que sustenta os seus exorbitantes lucros nas costas dos Estado, por isso apresenta seus interesses como “benefício” para a sociedade, entretanto, é apenas uma manter o domínio projetado.

É perceptível de forma clara, que a manutenção do projeto liberal é alimentanda a qualquer custo, mesmo em detrimento de uma educação pública e de qualidade. Dessa forma, os grandes organismos financeiros levantam no seu exterior uma bandeira de liberdade, igualdade e inovação, entretanto, todas as mudanças deformadas só caminham para proveitos unilaterais, buscando vantagens imediatas a partir do cenário de educação brasileira, que já é fragilidade, tendenciando-se para um sucateamento sucessivo.

Verifica-se que a agenda internacional da educação é composta por metas, visto que um dos fundamentos consistentes é que todos os países considerados subdesenvolvidos ou emergentes precisam se atualizar a partir de modelos do norte global, sendo essa a “única” alternativa para um melhor desempenho no cenário



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

globalizado, assim, a educação é um dos instrumentos decisivos para mudar a condição de pobreza, desemprego, miséria e falta de oportunidades econômicas (Gonçalves & Deitos, 2020).

Nessas reflexões, constatamos que a discussão para a escola se desenvolve muito longe dela, de modo, que não nasce nas estruturas públicas, mas chegam nelas facilmente, a partir de concepções que surgem na iniciativa privada, usando o Estado como uma mola impulsora do mercado e de relação capital-trabalho. Todas essas idealizações não brotam ingenuamente, mas fazem parte de um sistema hiper articulado, demandando investimentos pesados que requerem retornos a curto prazo.

Gonçalves & Deitos (2020) procuram demonstrar que as necessidades da classe trabalhadora estão ficando cada vez mais distantes da educação, pois o mundo e suas formas de produção caminham para uma tomada de espaço constante, adentrando as instituições públicas de maneira nefasta, bem como, fortalecendo a ideia do indivíduo como homem econômico, e jamais como um sujeito sociopolítico, narrativa que verbaliza o cidadão como alguém criativo, proativo e flexível.

Por essas razões, a eliminação da comunidade educativa foi imprescindível para a elaboração da BNCC, de modo, que jamais concordaram com as limitações ou abordagens implementadas, que flexibilizou as especificidades curriculares; exigiu uma sobrecarga exaustiva de conteúdos profundos e promoveu uma inserção de métodos enxutos demais, distanciando de caminhos mais alternativos. Atualmente todas essas incorporações não renderam resultados significativos, trazendo consigo uma enxurrada de dúvidas sobre sua eficácia.

Nesse contexto, com a ampla restrição da massa de trabalhadores da educação do processo cabal da BNCC, os movimentos ainda resistem através de luta articulada, compostos por sindicatos, movimentos sociais, alguns partidos políticos fiéis a causa e outros sujeitos com compromisso pela educação, a qual, muito se tem visado uma esperançosa revogação do documento pelo novo governo Lula, entretanto, apesar das recorrentes pressões e denúncias ainda não foram suficientes para a revogar a mesma (Souza, Soares & Ruckstadter, 2023).



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

Considerações Finais

Considerando o desenvolvimento da pesquisa, entendeu-se que a BNCC é uma prova viva dos retrocessos que o Brasil vem concebendo, alimentando o enfraquecimento da autonomia dos profissionais da educação, a qual, presenciamos um esfacelamento da democratização dos saberes, participação popular, papel dos educandos, na elaboração de uma base educacional que a eles pertencem. Todos esses regressos em proveito a um projeto neoliberal, que avança de forma incisiva e dominadora, destituindo muitas garantias conquistadas desde a redemocratização do país.

Esse projeto subtrai a qualidade do ensino, não considera os fatores sociais e heterogêneos da sociedade, atinge negativamente o trabalho dos docentes, conseqüentemente, todo o sistema educacional de Educação Básica, visto que, esse modelo opera como um rolo compressor, desconstruindo erroneamente a educação crítica e somente através de uma agenda emancipatória será capaz de formar educandos conscientes.

Por fim, o currículo não é debate para mercado, jamais poderá ser norteado a serviço do lucro, muito pelo inverso, é lugar de fala de professores, estudantes e demais trabalhadores (as) da educação, pois, é construção de escola, lugar, pertencimento e saberes, devendo ser um documento identitário, assim, acreditamos que a revogação seja emergente, para que, se escreva com a representação da sociedade educadora.

Referências

Algebaile, Eveline. Escola Sem Partido: o que é, como age e para que serve. *In*: Frigotto, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

Araújo, Ronaldo Marcos Lima. A reforma do Ensino Médio do governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Holos**, v. 8, p. 219–232, 2018.



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

Azevedo, João Clovis & Reis, Jonas Tarcísio. **Políticas Educacionais no Brasil Pós-Golpe**. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista IPA, 2018.

Barbieri, Simone Côrte Real. **O silenciamento da voz docente na BNCC**. Caxias do Sul: Educus, 2021. 248 p.

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2007 [1977].

Castro Neta, Abília Ana; Cardoso; Berta Leni Costa & Nunes, Cláudio Pinto. Reforma Educacionais no contexto pós-golpe de 2016. **Revista Educação em Debate**, n. 40, 162-174, 2018.

Freitas, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.

Gonçalves, Amanda Melchiotti & DeitoS, Roberto Antonio. Competências gerais da base nacional comum curricular (BNCC): aspectos teóricos e ideológicos. **EccoS – Revista Científica**, n. 52, p. e10678, 2020.

Giotto, Eduardo. Donizeti. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. **Revista Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 16-30, 2018.

Linhares da Silva Micarello, Hilda Aparecida. A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito. **EccoS – Revista Científica**, n. 41, p. 61–75, 2016.

Martins, André Silva. Educação básica no século XXI: o projeto do organismo Todos pela Educação. **Práxis Educativa**, v. 04, n. 01, p. 21-28, 2009.

Lucena, Carlos; Previtali, Fabiane Santana & Lurdes, Lucena. **A crise de democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

Oliveira, Inês Barbosa de. Políticas curriculares no contexto do golpe de 2016: debates atuais, embates e resistências. *In*: Aguiar. Márcia Ângela & Dourado. Luiz Fernandes. (Org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Livro eletrônico. Recife: ANPAE, 2018.

Ostermann, Fernanda & Rezende, Flávia. Reforma do Ensino Médio e BNCC-Formação: um pacote privatista, utilitarista minimalista que precisa ser revogado. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 38, n. 3, p. 1381-1387, 2021.



BNCC à venda: dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três, vendida!

Fábio José Brito dos Santos & Jonatha Pereira Bugarim

Pereira, Rodrigo da Silva. Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE. **Práxis Educacional**, v. 15, n. 31, p. 123-146, 2019.

Peroni, Vera Maria Vidal; Caetano, Maria Raquel & Lima, Paula Valim de. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 415-432, 2017.

Ramalhete, Mariana Passos. Galeria de perdas: a educação brasileira após o golpe (2016-2022). **Práxis Educativa**, v. 18, e21380, 2023.

Santos, Micael Carvalho dos. A educação musical na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - ensino médio: teias da política educacional curricular pós-golpe 2016 no Brasil. **Revista da Abem**, v. 27, n. 42, 2019.

Silva, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, v. 34, n. 1, p. 1-15, 2018.

Souza, Marcela Tavares de; Silva, Michelly Dias da & Carvalho, Rachel de. Integrative review: what is it? how to do it?. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

Souza, Antônio Carlos; Soares, Cleyson Mendes & Ruckstadter, Vanessa Campos Mariano. A Base Nacional Comum Curricular como política pública reformista: uma análise a partir do pensamento de Rosa Luxemburgo. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 23, n. 00, p. e023026, 2023.

Trevisan, Amarildo Luiz. A política educacional da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um olhar a partir da biopolítica. **Pro-Posições**, v. 35, n. 2, p. 1-23, 2024.